

PARATU
PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO

Iniciamos este parecer afirmando que tivemos como principal objetivo deste relatório, apresentar a situação técnico atuarial do regime próprio de previdência do ente de DORES DO RIO PRETO - ES. Destacamos que esta avaliação se encontra em conformidade com todas as regulamentações legais pertinentes e se utilizou das técnicas e premissas mais adequadas à situação do regime.

O RPPS de DORES DO RIO PRETO - ES institui-se legalmente através da lei municipal, onde garante-se aos servidores municipais titulares de cargo efetivos e aos seus dependentes os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;

Além desta lei, destaca-se como legislação pertinente ao regime a que institui os percentuais contributivos do custo normal e suplementar do regime, a/o lei/decreto. Complementarmente à legislação municipal, há um sistema normativo amplo que se visa organizar a existência dos regimes próprios de previdência. Destacam-se dentro deste sistema, o artigo nº 40 da constituição federal, as emendas constitucionais nº 20, 41, 47 e 70, além de leis ordinárias e portarias ministeriais, em específico a portaria nº 464 que parametriza a realização das avaliações atuariais.

O regime de previdência, de acordo com a classificação da SPREV, apresenta na data da avaliação, o perfil atuarial III, porte PEQUENO.

O Perfil Atuarial III, em atendimento a Portaria 464/2018, bem como a da *Nota SEI nº 47/2020/COAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME*, traz a necessidade da elaboração e entrega do Teste de Aderência das hipóteses biométricas e do Teste de Convergência da Taxa Real Anual de Juros até 31/07/2023, e ainda do Estudo de Viabilidade do Plano de Custeio. A ausência da entrega poderá acarretar em Notificação e consequentemente à não renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária

A realização desta avaliação atuarial fundamentou-se em dados cadastrais combinados com informações legais, financeiras, econômicas e contábeis prestados pela unidade gestora do regime previdenciário. Destaca-se que estas informações foram requisitadas e após o seu recebimento foi realizada uma checagem em seu conteúdo.

A consistência dos dados cadastrais foi considerada satisfatória. Dados que apresentaram distorções foram corrigidos através de critérios estatísticos pertinentes ou dos critérios já

explicitados no item 7.4 para melhor estimar as informações. Todo o método utilizado tem como objetivo aferir as informações faltantes ou viesadas sempre com uma perspectiva conservadora sobre os resultados. Destaca-se que a base de dados é o pilar dos resultados atuariais obtidos por esta avaliação. Consequentemente, a manutenção de dados atualizados e fidedignos é fundamental para a melhor estimativa dos compromissos do plano. Recomendam-se atualizações periódicas e que censos populacionais sejam realizados para a manutenção e construção de dados confiáveis.

Desde a avaliação atuarial 2020, data base 31/12/2019, faz-se necessário o arquivamento das informações utilizadas pelo atuário para elaborar a avaliação atuarial, e por isto, deve ser estabelecido uma política de gestão de base de dados com procedimentos claros.

Posteriormente à análise das informações recebidas, foram definidas as hipóteses atuariais que terão influência direta nos resultados da avaliação. Esta definição fundamenta-se em critérios técnicos de aderência. Abaixo, uma breve análise das premissas utilizadas:

- Os riscos de mortalidade e invalidez foram representados pelas tábuas IBGE 2020 - Segregada por Sexo (risco de morte e sobrevivência) e ALVARO VINDAS (risco de invalidez);
- Não foi utilizada taxa de rotatividade devido à baixa presença desse fator no serviço público;
- Para o crescimento da remuneração dos servidores adotou-se o percentual de 1%;
- No quesito meta atuarial, a definição da mesma encontra-se pré-estabelecida pela portaria nº 464, estando diretamente relacionada à taxa média de juros da estrutura a termo dos títulos públicos em função da *duration* do passivo ou ao histórico de rentabilidade dos ativos do RPPS;
- Nesta avaliação não foi considerada geração futura para a mensuração do custeio do plano, pois esta prática não se mostra confiável devido a não previsibilidade das características dos servidores que virão a entrar no plano de previdência. Consequentemente, se esta premissa for utilizada erros de previsão terão consequências graves nas reservas matemáticas do plano;
- Para a idade de aposentadoria programada utilizou-se os parâmetros legais para projetar a idade de aposentadoria. Esta função depende do sexo, cargo e tempo de serviço do total do participante;
- Utilizou-se a característica familiar do município para determinar a composição das famílias;

Finalizada a definição das hipóteses, realizou-se uma apuração dos ativos financeiros do regime próprio. Estes valores serão comparados frente aos passivos dos compromissos para apurar o resultado atuarial do regime. Atualmente, o RPPS possui ativos financeiros que totalizam R\$ 19.946.106,27 sendo que os mesmos se encontram distribuídos entre aplicações financeiras, R\$ R\$18.744.572,63 e acordos previdenciários, R\$ 1.201.533,64. O objetivo da posse destes ativos é garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros do RPPS através do princípio da capitalização financeira.

Ao fim da apuração dos ativos do plano, foram calculados os passivos previdenciários do regime. Estes passivos são denominados de provisões matemáticas que representam

obrigação atual do fundo para com os seus participantes. As provisões matemáticas totalizaram na data de cálculo R\$ 52.534.478,20 sendo que destes R\$ 27.384.959,92 são referentes as provisões de benefícios concedidos e o restante, R\$ 25.149.518,28, às provisões de benefícios a conceder. Ambas foram determinadas através do método prospectivo de precificação.

No momento da apuração das provisões, realiza-se a análise do saldo de compensação previdenciária que representa a dívida entre o regime de origem e do instituidor da aposentadoria. Na data base da avaliação, observa-se que o RPPS faz-se credor de valores de compensação previdenciária. Esta compensação divide-se da seguinte forma: R\$ 0,00 referentes aos benefícios concedidos e R\$ 2.830.480,12 referentes aos benefícios a conceder. A soma destes valores totaliza R\$ 2.830.480,12 e significa que, ao longo da vida da massa de segurados existirá uma contraparte financeira de competência de um regime de origem a ser paga para o regime de DORES DO RIO PRETO - ES. Salientamos que o percentual do COMPREV, em atendimento à Portaria 464/2018, reduzirá 1% até 2024, cujo % atingirá o índice de 5%.

Tomando-se em conta o valor dos ativos financeiros, provisões matemáticas e da compensação financeira apura-se o resultado atuarial do exercício. Este no ano de 2021 foi negativo em R\$ -29.757.891,81. Isto indica que os valores financeiros em poder do regime previdenciário não são suficientes para arcar com as obrigações assumidas. Este valor é decorrente da subtração dos ativos financeiros, que no ano de 2021 totalizaram R\$ 19.946.106,27, menos o valor total das provisões matemáticas na data da avaliação R\$ 52.534.478,20 menos o valor referente ao recebimento de compensação previdenciária, R\$ 2.830.480,12.

Cabe salientar que nesta avaliação atuarial foi utilizado os seguintes valores para:

- a) Salário-mínimo: R\$ 1.100,00
- b) Teto do INSS: R\$ 6.433,57

No que se refere ao custeio para financiar os compromissos do RPPS, atualmente observa-se que a alíquota normal de contribuição encontra-se em 37,60% sendo que 14,00% é de responsabilidade dos servidores ativos, inativos e pensionistas que atendem os critérios contributivos, e o restante, 23,60%, compete ao ente municipal já incluído o percentual administrativo de 3,60%. Em virtude da apuração do resultado deficitário do exercício será necessário a alteração do custo suplementar, porém é importante ressaltar a necessidade de estudos (aplicação da elegibilidade da EC 103/2019) visando a redução do percentual sobre a folha que a partir de **2023 está com 31,64% chegando a partir de 2028 a 42,60% no prazo remanescente.**

O atendimento a EC 103/2019, no que se refere a majoração da alíquota do servidor para 14%, foi importante para redução dos impactos gerados pela Portaria 464/2018 (redução da taxa real anual de juros, alteração do COMPREV e a alteração da tábua de mortalidade).

Para complementar, também em atendimento a Portaria 464/2018, visando a boa gestão atuarial, que inclui o controle e atualizações cadastrais, é recomendado que a base de dados possua todas as informações solicitados no “layout padrão” Sprev. Essa demanda é

crítica porque além de ser primordial para a boa apuração do resultado atuarial do município, existe a necessidade de envio a Secretária de Previdência para avaliação dos campos preenchidos, caso esteja irregular será enviado automaticamente notificações.

Como informação adicional e de suma importância aos gestores do instituto, seguindo as regras da Portaria 464/2018 vigentes até a elaboração desta avaliação, temos nos últimos exercícios uma redução da taxa atuarial que anualmente é divulgada pela SPREV, através de Portaria, redução do Comprev que para o próximo ano será de 7% e adequação da tabua de mortalidade do IBGE, ou seja, todos esses fatores impactam diretamente as provisões matemáticas, ocasionando aumento no resultado atuarial. Sendo assim, reforçamos a necessidade de análise diante do exposto acima em relação a elegibilidade à aposentadoria e critérios da pensão constante na EC 103/2019 para viabilizar uma boa gestão atuarial.

Em virtude do exposto acima recomendamos ao instituto uma análise para a adequação a EC 103/2019, devido ao nível percentual atual do custo suplementar que chegará a 42,60% da folha salarial, um valor percentual elevado em nosso entendimento, e também para garantir uma melhor situação frente as reduções de taxa, Comprev e atualização de tabua do IBGE, garantindo a viabilidade do plano.

Qto a questão do custo administrativo conforme citado no item 11 desta avaliação, para os novos percentuais da taxa administrativa definida na Portaria 19.451/20, o prazo foi prorrogado até 30/06/2022 conforme Portaria MTP Nº 905, de 9 de dezembro de 2021, porém conforme informação do instituto foi aprovada a Lei Ordinária 930 de 02/03/2021 com o percentual de 3,60% sobre os salários dos servidores ativos, atendendo a referida Portaria.

Comparando-se os resultados do exercício de 2020 frente a 2021, foram observados os seguintes pontos:

- Variação de 8,21% nas Provisões Matemáticas;
- Variação de -0,45% nos ativos financeiros;
- Variação de 15,93% no resultado atuarial;

A explicação para a variação individual de cada um desses itens depende de uma análise multivariada nos fatores de influência. Contudo, superficialmente, podemos citar que o aumento nas provisões matemáticas está relacionado com:

- alteração da hipótese taxa real anual de juros que passou de 5,41% a.a. em 31/12/2020 para 4,85% a.a. em 31/12/2021, em atendimento a Portaria 464/2018;
- atualização da Tábua de Mortalidade IBGE, segregada por sexo;
- redução do percentual do COMPREV de 9% para 8% também em atendimento à Portaria 464/2018;
- Observamos que os valores dos investimentos citados no item 8.1.1 desta avaliação atuarial onde as informações foram encaminhadas pelo instituto

se comparados com os dados informados no DRAA de 2021 (R\$ 19.787.468,91), gerou uma redução **de R\$ 1.042.896,28;**

- bem como a movimentação entre os servidores ativos, aposentados e beneficiários pensionistas e suas respectivas folhas de salários e benefícios.

Para finalizar este parecer, realizamos algumas recomendações gerais para a unidade gestora. Primeiramente, ressalta-se a necessidade da implementação de processos de gestão atuarial. Anteriormente, devido a não especificidade das exigências normativas e ao caráter não profissional que permeava a administração das unidades gestoras, o processo de gestão atuarial não era considerado como uma necessidade. Porém, pelos novos adventos legais e as responsabilidades que caem nos braços dos gestores, faz-se mais do que necessário um acompanhamento dos riscos que incidem sobre a previdência municipal. Observa-se a importância do planejamento conjunto da administração pública com o fundo de pensão municipal. Por consequência, recomenda-se a elaboração de um planejamento viável e de menor custo total no longo prazo para que a previdência seja garantida respeitando os princípios da economicidade e eficiência.

Destacamos que as premissas atuariais utilizadas se enquadram dentro das expectativas biométricas e financeiras esperadas para o curto e médio prazo e que os sistemas previdenciários são extremamente sensíveis a estas. Caso haja alguma alteração significativa nas expectativas, estas premissas deverão ser reavaliadas para que o impacto financeiro no plano não seja significativo. Ocorrendo grandes alterações nos cenários aqui previstos, os valores aqui determinados sofrerão alterações.

Portanto este é o nosso parecer final quanto a situação do regime próprio de previdência social de DORES DO RIO PRETO - ES. Lembramos a importância da realização de avaliações atuariais periódicas e de um acompanhamento constante da gestão dos fundos de previdência, pois é por meio das avaliações atuariais, que a administração pública tem a possibilidade de vislumbrar vieses não desejados e assim, através de medidas de correção pertinentes, restabelecer o bom curso do sistema previdenciário. Com isso, a previdência social irá atingir o fim para o qual foi criada.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPROMISSOS

Apresenta a evolução dos compromissos atuariais para o período dos três últimos exercícios.

Comparativo das Provisões Matemáticas e Resultados Atuariais

| | Dez/2019 | Dez/2020 | Dez/2021 |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| PASSIVOS DO PLANO | | | |
| Provisão para benefícios a conceder | 21.920.333,88 | 20.553.427,24 | 25.149.518,28 |
| Valor atual dos Benefícios Futuros | 34.826.069,13 | 34.367.258,90 | 35.381.001,48 |
| Valor Atual das Contribuições Futuras | 12.905.735,25 | 13.813.831,66 | 10.231.483,21 |
| ENTE | 7.560.739,48 | 8.441.786,01 | 6.018.519,53 |
| SERVIDOR | 5.344.995,77 | 5.372.045,65 | 4.212.963,67 |
| Provisão para benefícios concedidos | 25.947.996,54 | 27.995.589,11 | 27.384.959,92 |
| Valor atual dos Benefícios Futuros | 25.990.547,53 | 28.027.775,85 | 27.417.440,38 |
| Valor atual das contribuições Futuras | 42.550,99 | 32.186,74 | 32.480,46 |
| ENTE | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SERVIDOR | 0,00 | 0,00 | 32.480,46 |
| ATIVOS DO PLANO | | | |
| Fundos de Investimento | 22.280.145,54 | 22.880.522,21 | 22.776.586,39 |
| Acordos Previdenciários | 18.797.538,63 | 19.787.468,91 | 18.744.572,63 |
| Compensação | 0,00 | 0,00 | 1.201.533,64 |
| RESULTADO | 2.882.606,91 | 3.093.053,30 | 2.830.480,12 |
| Plano de Amortização em Lei | -25.588.184,88 | -25.668.494,14 | -29.757.891,81 |
| | 24.415.235,53 | 23.330.886,70 | 25.669.099,80 |

Baseada nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação:

Variações das Contas

| INFORMAÇÕES ATUARIAIS | 2020-2019 | 2021-2020 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão para benefícios a conceder | -6,24% | 22,36% |
| Valor atual dos Benefícios Futuros | -1,32% | 2,95% |
| Valor Atual das Contribuições Futuras | 7,04% | -25,93% |
| ENTE | 11,65% | -28,71% |
| SERVIDOR | 0,51% | -21,58% |
| Provisão para benefícios concedidos | 7,89% | -2,18% |
| Valor atual dos Benefícios Futuros | 7,84% | -2,18% |
| Valor atual das contribuições Futuras | -24,36% | 0,91% |
| ENTE | - | - |
| SERVIDOR | - | - |
| ATIVOS DO PLANO | 2,69% | -0,45% |
| Fundos de Investimento | 5,27% | -5,27% |
| Acordos Previdenciários | - | - |
| Compensação | -11,19% | -8,49% |
| RESULTADO | 0,31% | 15,93% |
| PLANO DE AMORTIZAÇÃO EM LEI | -4,44% | 10,02% |
| PROVISÕES | 1,42% | 8,21% |

Análise comparativa das Características do Grupo

Comparativo Estatístico dos Três Últimos Exercícios

COMPARATIVO - TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------|----------|----------|----------|
| | - | - | - |
| Ativos | 200 | 189 | 184 |
| Aposentados | 58 | 63 | 64 |
| Pensionistas | 21 | 20 | 23 |
| Média Sal. Ativos | 2.039,66 | 2.092,10 | 1.771,37 |
| Média Prov. Inativos | 2.343,07 | 2.343,43 | 2.325,39 |
| Média Pensões | 1.774,38 | 1.796,47 | 1.807,44 |
| Id. Méd. Ativos | 44,12 | 45,05 | 45,14 |
| Id. Méd. Aposentados | 65,57 | 65,83 | 65,97 |
| Id. Méd. Pensionistas | 58,71 | 59,35 | 61,61 |
| Id. Proj. Aposentadoria | 57,80 | 59,58 | 59,43 |

Baseada nesta tabela, observaram-se os seguintes percentuais de variação:

Análise de Variação Informações Demográficas

| | 2020-2019 | 2021-2020 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Ativos | -5,50% | -2,65% |
| Aposentados | 8,62% | 1,59% |
| Pensionistas | -4,76% | 15,00% |
| Média Sal. Ativos | 2,57% | -15,33% |
| Média Prov. Inativos | 0,02% | -0,77% |
| Média Pensões | 1,24% | 0,61% |
| Id. Méd. Ativos | 2,11% | 0,19% |
| Id. Méd. Aposentados | 0,40% | 0,21% |
| Id. Méd. Pensionistas | 1,09% | 3,81% |
| Id. Proj. Aposentadoria | 3,08% | -0,25% |

Mairiporã, 01 março de 2022

Felix Orlando Villalba

Atuário Técnico Responsável
MIBA 1906

Eduardo Pereira dos Santos

Advogado Diretor
OAB/SP nº 411.646